

A VULNERABILIDADE SOCIAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Bruna Hertzog Bridi^a, Eloisa Leonardi Pereira^a, João Luís Almeida Weber^{a*}

a) FSG Centro Universitário

Informações de Submissão

*Autor correspondente (Orientador)

João Luís Almeida Weber, endereço: Rua Os
Dezoito do Forte, 2366 - Caxias do Sul - RS -
CEP: 95020-472

Palavras-chave:

Adolescentes. Crianças. Abrigos.
Vulnerabilidade.

Resumo

A vulnerabilidade social, relacionada a questões psicossociais e a extrema pobreza, acomete grande parte da população brasileira e este pode vir a ser um vetor de acolhimento institucional infanto-juvenil. Os motivos para o abrigo de crianças e adolescentes são inúmeros, mas em 52% dos casos, a pobreza extrema, correlacionada com outros fatores, é um dos principais. Essas crianças e adolescentes institucionalizadas acabam por serem vítimas de transgressão e ou omissão por parte da família, da sociedade e do estado, por conta da violação de sua liberdade e de seus direitos básicos. Por meio de uma vasta pesquisa bibliográfica, este estudo buscou investigar, como objetivo principal, possíveis consequências psicológicas de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, assim como medidas preventivas de danos psíquicos nessa situação. De forma secundária, outros aspectos pertinentes foram abordados.

1 INTRODUÇÃO

A institucionalização de crianças e adolescentes, pode vir a ser algo extremamente conflituoso, confuso e traumático para seu entendimento. Uma vida emocionalmente instável e sem laços afetivos duradouros, pode vir a ser comum na vida destas. São muitos os motivos que levam a ocorrência de um acolhimento, pobreza extrema em conjunto com outras questões familiares são os mais comuns. Inclusive, segundo o Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviço de Ação Continuada (IPEA, 2003), há uma configuração predominante no

perfil de crianças e adolescentes acolhidos, meninos, negros e com idades entre 7 e 15 anos.

O acolhimento institucional pode vir a ser algo traumático ou oportunizador na vida da criança e do adolescente em questão. Essas, irão depender do motivo e da forma pelo qual a situação se deu, do ambiente em que estes ficarão acolhidos, quantidade de funcionários capacitados, mães sociais que possibilitem a criação de um vínculo e afeto e atenção, de forma individualizada, a cada um que esteja nessa situação. Em um levantamento realizado pelo IPEA, foi possível a visualização de dados importantes referentes à temática, onde cerca de 20 mil crianças e adolescentes estavam em situação de acolhimento, em território nacional.

Com base nessa temática, este artigo abordará, por meio de um viés psicanalítico e social, as possíveis consequências psicológicas relacionadas ao acolhimento institucional. Algumas formas, que visam a prevenção de prejuízos maiores em relação ao psíquico da criança ou do adolescente institucionalizado, também foram evidenciados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceitualização da vulnerabilidade social em famílias

Conceitualizando seu significado, a vulnerabilidade social é o risco iminente de um indivíduo, ou seu grupo, que está à margem da sociedade. Fatores socioeconômicos são os fatores mais comuns. As condições precárias relacionadas, geralmente estão ligadas a falta de um ambiente e estrutura familiar, moradia e saneamento básico, são alguns dos exemplos (OVIEDO *et al*, 2015).

No entanto, vulnerabilidade social não se restringe somente ao aspecto sócio econômico de uma família, mas também às adversidades, que compõem o processo de desenvolvimento intrafamiliar. Em relação aos aspectos psicológicos na família, a vulnerabilidade social pode ser descrita como um adoecimento de um ou mais membros. Questões como, o uso de substâncias ilícitas, violência doméstica, práticas hostis recorrentes, negligência, alienação parental, entre outros, são alguns dos fatores que impedem o desenvolvimento saudável do grupo familiar. No entanto, esses eventos

podem causar perturbações psicológicas, gerando riscos e deixando a família em situação vulnerável (PRATI *et al*, 2009).

Para o ser humano, a necessidade de relações sociais é inata e fundamental para a sua sobrevivência. Relações de interdependência afetiva evidenciam essa dinâmica, onde a condição da existência humana está relacionada aos círculos familiares, escolares e outros, dentro de uma sociedade hierarquizada. A vulnerabilidade, em questões sociais, se refere à falta de suporte desses círculos sociais e de sua dinâmica, principalmente, no que se diz respeito a família, onde a insegurança prevalece e a vulnerabilidade toma conta na vida de crianças e adolescentes institucionalizado (OVIDO *et al*, 2015).

2.2 Possíveis razões por trás do acolhimento institucional de crianças e adolescentes

Segundo dados estatísticos, oriundos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2003), existem diversos fatores que explicam o acolhimento infanto-juvenil em instituições, tais como: pobreza extrema, onde os familiares não possuem condições para proporcionar educação (24,1%); abandono (18,8%); violência familiar (11,6%); dependência química de pais ou dos responsáveis (11,3%); situação de rua (7,0%); morte de pais ou responsáveis (5,2%); prisão de pais ou responsáveis (3,3%); abuso sexual por parte dos pais ou responsáveis (3,3%).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, no art. 23 da Lei 8069/90, evidencia que a pobreza não se enquadra unicamente como fator, mas pode ser um potencializador de outros fatores de risco, já que esta situação se enquadra como vulnerabilidade social. Desse modo, a pobreza se caracteriza como o principal motivo de acolhimento institucional infanto-juvenil em abrigos, onde são 52% dos casos. Esses, se dão pelo simples fato de que crianças e adolescentes institucionalizados terão maiores oportunidades e estrutura em seu cotidiano, onde a alimentação, roupas, moradia, saneamento, acesso a saúde e escola estarão sempre disponíveis. Além do mais, com o ingresso em abrigo, evita-se o trabalho infantil (DA SILVA *et al*, 2004).

É notável que esses são vítimas de transgressão e ou de omissão por parte da família, da sociedade e do estado, visto que, sua liberdade e seus direitos básicos foram violados. Infelizmente, as políticas públicas e os programas sociais não contemplam, em sua totalidade, as necessidades básicas das famílias em situação de pobreza, o que pode acabar resultando em acolhimento institucional de crianças e adolescentes dessas famílias (DA SILVA *et al*, 2004).

2.3 Perfil de crianças e adolescentes em situação de abrigo

Segundo o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas, do Conselho Nacional da Justiça (CNJ), dados de setembro de 2018 alegam que cerca de 47.876 crianças e adolescentes vivem distribuídos em 4.420 abrigos pelo país. Em relação a faixa etária, de 0 a 6 anos há 12.253 crianças, de 7 a 12 anos 12.853, de 13 a 18 anos 13.912. Ao que se refere à gênero, 24.644 são meninos e 23.232 são meninas (CNJ, 2018).

Em relação à raça/cor, foi possível encontrar somente dados de 2003, por meio do Levantamento Nacional de Abrigos para crianças e adolescentes da Rede SAC, onde 63% eram negros, 35% brancos, 1% de raça amarela e 1% indígena. Esses dados, evidenciaram a preferência de famílias brasileiras por crianças de cor branca e o preconceito intrínseco relacionados a idade e gênero. Em contrapartida, crianças negras corriam mais riscos de serem institucionalizadas, por conta da renda per capita dessas famílias serem menor e também pelo fato de não possuírem conhecimento sobre seus direitos assistenciais (DA SILVA *et al*, 2004).

Grande parte dos abrigados não eram órfãos, 87% tinham família, 58,2% ainda mantinham vínculo familiar, 22,7% não mantinham um vínculo constante com sua família, onde estes raramente aparecem em períodos de visitas, 5,8% não podiam manter relações com sua família, por restrição judicial e 11,3% eram órfãos ou sem uma família que o ampare, estes dados só foram possíveis encontrar em uma pesquisa realizada em 2003, também feita pela Rede SAC (DA SILVA *et al*, 2004).

2.4 Perfil dos abrigos cadastrados na rede SAC

Através dos dados disponibilizados pelo Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas, existem 4.420 abrigos pelo país, onde são divididos em 1.192 na região sul, 1.992 na região sudeste, 379 na região centro-oeste, 286 na região norte e 571 na região nordeste (CNJ, 2018). Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o acolhimento institucional é uma forma de medida de proteção contra os direitos violados. Crianças e adolescentes em situação de risco podem ser afastados temporariamente ou permanentemente de suas casas, através de uma decisão da Justiça da Infância e da Juventude ou de Conselho Tutelar (BRASIL, 2002).

Todos os abrigos devem acolher crianças e adolescentes, tanto os que aguardam uma ordem judicial de retorno para sua família biológica, quanto os que estão disponíveis para adoção ou em situação de lar permanente. Segundo a lei nº 7.644 de 1987, em uma casa lar deverá ter uma mãe social, seguida de sua família, que irá receber do governo um salário base para ajuda de custo com as despesas domésticas e com as crianças e adolescentes moradores do local. Em casa lar encontrarão amor, cuidado, regras de convivência e uma estrutura familiar, que são considerados pilares para a formação de um melhor desenvolvimento psíquico. Aqueles pais que possuem a guarda de seus filhos retiradas provisoriamente, podem visitá-los em períodos de férias ou finais de semana (DA SILVA *et al*, 2004).

Porém, os abrigos são separados por regime de permanência. No Brasil, em uma pesquisa feita em pelo IPEA (2003), era predominante o número de abrigos de permanência continuada (78,4%), onde a criança e o adolescente reside em tempo integral na instituição. Há também, abrigos no qual acolhem estes somente durante dias de semana (5,8%), onde em finais de semana e períodos de férias voltam para suas famílias. Também existem abrigos com um regime misto (12,2%), que possui as duas formas de permanência citadas anteriormente. Ou seja, o encaminhamento para essas modalidades de casas lares irá depender da situação e do motivo (DA SILVA *et al*, 2004).

2.5 Possíveis consequências psicológicas em crianças e adolescentes institucionalizados em abrigos, uma visão psicanalítica do contexto

Para que um indivíduo desenvolva um funcionamento psíquico saudável, é necessário que haja empatia e uma interação mãe-bebê, proporcionando que esse se sinta único naquele ambiente (WINNICOTT, 2000). Indivíduos que foram parar muito cedo em abrigos, não possuem um laço afetivo concluído com seus genitores, vivendo assim, em um mundo de privações e experiências de ausência de carinho que resultaram em uma rejeição. Esses, portanto, buscam uma figura substituta para suprir essa falta, onde acabam se apegando às outras crianças e aos tutores presentes no abrigo, estabelecendo vínculos e, conseqüentemente, amenizando seu sofrimento (LEVINZON, 2000).

O impacto do abandono ou de um acolhimento por vias judiciais, é enorme na vida de crianças e adolescentes. Mudanças emocionais, de autoestima e relacionadas a autoimagem são evidenciadas, pois a institucionalização muda a percepção de si, da sociedade e do mundo ao seu redor. Rótulos, de criança abandonada e coitada, acabam sendo comuns e interferem na construção de identidade, deixando-a mais fragilizada (HECHT, 2009).

Infelizmente, um abrigo jamais terá as características típicas de um lar, pois a sensação de liberdade e de vida em família não será construído da mesma forma. Um indivíduo, no começo de sua vida, precisa de assistência, para que consiga se desenvolver de forma saudável e alcançar seus objetivos, em todos os aspectos. Apesar disso, uma casa lar ainda pode ajudar essas crianças e adolescentes a conseguirem superar esses obstáculos e a crescer de uma forma saudável. A existência de uma mãe social, nessas instituições, é de suma importância, pois ainda assim ajudará na estruturação mental, além de proporcionar as necessidades básicas para uma vida com dignidade (BOWLBY, 2004).

2.6 Prevenção de prejuízos psicológicos em acolhidos

Ações preventivas, por parte das instituições de abrigo é algo essencial, assim como, exigir excelência profissional por parte dos funcionários que trabalham com este

público, especialmente as mães sociais. É de extrema importância a função de maternagem, que a mãe social exerce sobre os abrigados, desde que bem-feita, ressignificação de identidade e redução de consequências clínicas são alguns dos efeitos positivos nesses casos. A família social oferece aos acolhidos uma estrutura familiar hierarquizada, vínculos afetivos e padrões próximos de um lar (HECHT *et al*, 2009).

Um cuidador para bebês também seria uma solução ideal, sendo que este possibilita a comunicação com mundo, pois ele estaria disponível para uma escuta de sinais não verbais e realizações de necessidades individuais deste. Esta interação permite focar na individualidade de cada um, tornando esta criança um sujeito ativo no ambiente institucional e não somente mais um. Além disso, esse cuidador poderia dar atenção as brincadeiras, interações lúdicas e jogos do bebê. Essa medida preventiva, busca evitar comprometimentos emocionais futuros e favorecer o processo de *holding* (HECHT *et al*, 2009).

A prática da contação de histórias é uma ferramenta importante a nível de estruturação psíquica, onde propicia a lida com dilemas existenciais internos. Por meio das simbologias contidas nos contos de fadas, tais como, questões edípicas, sexuais e familiares, ajudarão na elaboração do conteúdo emocional interno do abrigado. Além do auxílio no desenvolvimento cognitivo e psicossocial da criança e do adolescente, pode-se experimentar um alívio de tensões pré-conscientes e inconscientes. Esta ferramenta importante, acaba por promover a saúde mental do indivíduo de forma a expressar e resolver suas angústias de maneira lúdica (ZATTI, 2014).

3 METODOLOGIA

Este estudo pode ser considerado como qualitativo e bibliográfico, pois compreende a leitura e análise de artigos científicos e livros publicados em língua portuguesa. A pesquisa qualitativa possibilitou estudar e analisar a subjetividade do tema abordado, juntamente com suas particularidades (FLICK, 2008). Gil (2010) afirma que a pesquisa bibliográfica possui como principal vantagem, possibilitar ao investigador a cobertura de uma gama de acontecimentos, muito mais ampla do que aquela que poderia ser pesquisada diretamente.

Foi feita uma pesquisa nas bases SciELO, Google Acadêmico e EBSCO, utilizando os seguintes termos, por se adequarem melhor à temática: crianças, adolescentes, abrigos, vulnerabilidade social. Além das palavras-chave, foi de priori investigar a fundo as causas de um acolhimento institucional de crianças e adolescentes em abrigos e características relacionadas a situação, seu modo de funcionamento e outros dados relevantes. As possíveis consequências psicológicas, na vida do abrigado, foram pesquisadas através de um viés psicanalítico. De início, foi feita uma coleta de informações, e após uma seleção dos materiais mais apropriados à temática.

Consequentemente, foi possível desenrolar tópicos importantes para o entendimento do assunto como um todo, ressaltando a conceitualização da vulnerabilidade social nas famílias, possíveis razões por trás de um acolhimento institucional, o perfil dessas crianças, o perfil dos abrigos cadastrados pela rede SAC, possíveis consequências psicológicas na vida de crianças e adolescentes em condição de abrigo e possíveis formas de prevenção de prejuízos no desenvolvimento destes abrigados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A vulnerabilidade social abrange muitos fatores, mas quando se trata de questões psicossociais relacionados ao público infante-juvenil, um acolhimento institucional pode vir a ocorrer. Fatores como a pobreza extrema, relacionada a outros motivos, abandono, violência em diversos contextos, situação de rua, prisão, dependência química ou morte de responsáveis, são alguns dos fatores responsáveis pelo acolhimento (IPEA, 2003). E dessa forma, o ECA, desenvolveu uma lei pautada nos direitos humanos, onde busca proteger, acolher, dar a devida assistência e bem-estar ao recém-chegado no abrigo. Cuidados físicos e acompanhamento psicológico, farão parte dos cuidados a estas crianças e adolescentes acolhidos (DA SILVA *et al.* 2004)

A mãe, ou a família social, acabam por gerar um impacto menor no processo de institucionalização, pois estes suprem, a criança e ao adolescente, questões simples, mas importantes, relacionadas a um ambiente que se aproxima de um lar, novos vínculos afetivos que se formam, educação comportamental e escolar, saneamento, higiene, rotina adequada, foco na individualidade de cada um, socialização, acesso a saúde e a

geração de um novo processo de *holding* (HECHT *et al*, 2009). É visto que, muitas dessas crianças e adolescentes nunca tenham tido uma estrutura familiar, tal como a citada acima, já que uma das maiores causas de acolhimento seja a extrema pobreza (IPEA, 2003). Por este ponto de vista, um abrigo pode ser um potencial impulsionador para o crescimento na vida desse indivíduo, mas por outro lado, essa situação pode fragilizar, já que pode ser instaurado um grande conflito interno, resultando em mudanças emocionais, ligadas a autoimagem e a dificuldade na formação de uma identidade (HECHT *et al*, 2009).

Apesar dessas dificuldades, medidas preventivas são capazes de auxiliar crianças e adolescentes em situação de abrigo. Em primeiro lugar, a excelência profissional por parte dos funcionários e principalmente da mãe social são aspectos fundamentais. A mãe social deverá ter a função de exercer a maternagem, oferecendo conforto e acolhimento. Um cuidador de bebês, poderá dar voz e um suporte focado na individualidade, transformando um ser passivo em ativo dentro do ambiente institucional. Estas duas medidas preventivas proporcionam o processo de *holding* entre o cuidador e a criança (HECHT *et al*, 2009).

Práticas lúdicas, brincadeiras, jogos e contação de histórias, também são aspectos fundamentais na superação de dificuldades. Em relação aos contos de fadas, dilemas existenciais internos podem ser trabalhados de forma menos dolorosa, por se tratar de fazer uma ponte entre as simbologias contidas nas histórias e questões edípicas, sexuais, familiares, principalmente quando se trata da questão do abandono ou interdição judicial. Um alívio de tensões pré-conscientes e inconscientes podem ser experienciados, de forma a resolver essas angústias (ZATTI, 2014).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da construção deste trabalho, foi possível entender o contexto que envolve a institucionalização, suas causas e algumas características relacionadas a temática. Deu-se preferência em entender os efeitos que o acolhimento pode causar na vida de um indivíduo e as possíveis medidas preventivas, afim de evitar grandes comprometimentos emocionais, que podem ser geradas por conta da situação.

Em relação aos possíveis efeitos psicológicos, mudanças emocionais como, insegurança, instabilidade emocional, falta de interesse na vida social, autoimagem

distorcida e autoestima baixa, podem ser experienciadas na vida de crianças e adolescentes institucionalizados, independente dos fatores que levaram a esse acontecimento. Rótulos de crianças como, abandonadas e ou coitadas, acabam fazendo parte do cotidiano e interferindo na construção de identidade, na visão de si mesmo e da sociedade.

É inegável a importância do vínculo materno, onde a necessidade desse contato propicia um desenvolvimento saudável, a nível psíquico e físico. Nessa questão, mães sociais podem ajudar crianças e adolescentes em situação de abrigo, pois possibilitam a criação de um vínculo afetivo e um olhar mais atento a situação de cada um. A construção de uma estrutura semelhante a uma família, proporciona alívio e amparo diante da situação. Além disso, o abrigo institucional, possibilita o acesso a condições básicas na vida de qualquer um. Mesmo assim, é inegável a sensação de perda da criança ou do adolescente diante da separação de seus pais biológicos ou tutores.

Outra questão importante a ser esclarecida, é quem abrigos institucionais, a individualização de cada um acaba ficando comprometida, sendo esse um processo difícil, visto que o número de cuidadores é bem menor do que o número de abrigados. Um bom comprometimento e o aumento no número de funcionários, possibilitaria um olhar individualizado para cada um, sendo algo de extrema importância, pois propicia a estimulação do desenvolvimento a nível psíquico e físico da criança.

Portanto, é essencial amenizar o impacto da situação de institucionalização. Com profissionais capacitados, cuidadores e mães sociais responsáveis, que ofereçam um bom suporte emocional, construção de laços afetivos e um ambiente acolhedor, que remonte um lar. Durante a pesquisa bibliográfica, houveram algumas limitações na busca de dados atuais, em relação aos fatores por trás do acolhimento infanto-juvenil, tipos de regimes de abrigos no território nacional, dados como raça/cor dos acolhidos e situação familiar dessas crianças e adolescentes. Em estudos futuros, pretende-se delimitar o assunto em torno dos impactos que as mães sociais possuem na vida de crianças e adolescentes institucionalizados.

6 REFERÊNCIAS

BOWLBY, J. **Teoria do Apego e Perda**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Originalmente publicado em 1973).

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente Lei 8069/90**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2002. P.156. (Coleção legislação brasileira 11).

DA SILVA, Enid. Rocha. Andrade; DE MELLO, Simone. Guerese; AQUINO, Luseni; BEGHIN, Nathalie; PELIANO, Anna. Maria. Tibúrcio. Medeiros; DA SILVA, Roberto; CARREIRÃO, Úrsula. Lehmkuhl; DE OLIVEIRA, Siro. Darlan. **O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: Os Abrigos para Crianças e Adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

CNJ. **Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas – CNCA**. Setembro de 2018. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/sistemas/infancia-e-juventude/20545-cadastro-nacional-de-criancas-acolhidas-cnca>>. Acesso em: 22 de setembro de 2018.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed Editora, 2008.

GIL, Antônio. Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HECHT, Bruna; DA SILVA, Rebeca. Fabrício. Pereira. **Crianças Institucionalizadas: A Construção Psíquica a Partir da Privação do Vínculo Materno**. Monografia (Trabalho de conclusão de curso de graduação em psicologia) Porto Alegre: PUCRS, 2009. Faculdade de Psicologia, Pontífca Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

IPEA; CONANDA. Base de Dados da Rede SAC. **Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC**. Brasília, 2003. (Relatório de Pesquisa número 1) Disponível em: <<http://www.portaldovoluntario.org.br>>. Acesso em: 24 de agosto de 2018.

LEVINZON, G. K. **A Criança Adotiva na Psicoterapia Psicanalítica**. São Paulo: Editora Escuta, 2000.

OVIEDO, Rafael. Antônio. Malagón; CZERESNIA, Dina. O Conceito de Vulnerabilidade e seu Caráter Biossocial. **Interface: Comunicação, Saúde e Educação**. V.19, n.53, p.237-49, 2015.

PRATI, Laíssa. Eschiletti; COUTO, Maria. Clara. P. de Paula; KOLLER, Sílvia. Helena. Famílias em Vulnerabilidade Social: Rastreamento de Termos Utilizados por Terapeutas de Família. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.25, n.3, p.403-408, 2009.

WINNICOTT, D. **Da Pediatria à Psicanálise**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 2000.

ZATTI, Cleonice. **A importância dos contos de fadas como instrumento de trabalho para a psicoterapia infantil**. Diaphora, v.1, p. 2-11, 2014.